

**RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO. DANO MORAL COLETIVO. REPARAÇÃO. POSSIBILIDADE. AÇÃO CIVIL PÚBLICA VISANDO OBRIGAÇÃO NEGATIVA. ATO ATENTATÓRIO À DIGNIDADE DA JUSTIÇA. RESCISÃO DE CONTRATO ATRAVÉS DE ACORDOS HOMOLOGADOS NA JUSTIÇA. LIDE SIMULADA.** Resta delineado nos autos que a postura da empresa, em proceder ao desligamento dos empregados com mais de um ano de serviço, através de acordos homologados na justiça, atenta contra a dignidade da justiça. A **ação civil pública** buscou reverter o comportamento da empresa, na prática de lides simuladas, com o fim de prevenir lesão a direitos sociais indisponíveis dos trabalhadores. Incontroverso o uso da justiça do trabalho como órgão homologador de acordos, verifica-se lesão à ordem jurídica, a possibilitar a aplicação de multa em razão do dano já causado à coletividade. Houve o arbitramento de multa de R\$1.000,00 por descumprimento das obrigações negativas determinadas na ação civil pública: abster-se de encaminhar os empregados à Justiça do Trabalho com a finalidade de obter homologação de rescisões do contrato de trabalho e de utilizar-se do judiciário trabalhista como órgão homologador das rescisões contratuais, sem real conflito entre as partes. Tal cominação não impede que o dano moral coletivo infligido em face da prática lesiva homologação de acordos trabalhista, utilizando-se do aparato judiciário com fim fraudulento, seja reparado, com multa a ser revertida ao Fundo de Amparo ao Trabalhador, pelos danos decorrentes da conduta da empresa. **Recurso de revista conhecido e provido, para restabelecer a r. sentença que condenou a empresa a pagar o valor de R\$30.000,00 (trinta mil reais) a título de indenização a ser revertida ao FAT.**

08/02/2010

**Empresa paraense é condenada por dano moral coletivo**

**A empresa de transporte paraense Transurb foi condenada a pagar indenização por dano moral coletivo pela conduta reprovável de estimular seus empregados demissionários a recorrerem à justiça para receber as verbas rescisórias.** A condenação foi imposta pela **Sétima Turma** do Tribunal Superior do Trabalho ao julgar recurso do Ministério Público do Trabalho da 8ª Região (PA/AP) que se insurgiu contra sentença regional favorável à empresa.

Ao analisar o caso no TST, o ministro Caputo Bastos verificou que a Transurb era recorrente na prática ilegal de orientar os seus empregados demissionários a recorrer à justiça para receber suas contas, constatou ainda que a orientação era feita pela própria chefe do departamento pessoal da empresa. **O relator informou que essa estratégia permitia à Transurb se livrar do prazo estipulado pelo artigo 477 da CLT para quitar as verbas rescisórias devidas ao empregado e transformava a justiça trabalhista “em um órgão meramente homologador dos acordos**

**realizados em juízo para efeito de quitação do contrato de trabalho”.**

O relator ressaltou que o reconhecimento do dano moral coletivo, além de procurar coibir a empresa a continuar a praticar essa conduta “condenável do ponto de vista ético, jurídico e legal” e a utilizar a Justiça do Trabalho indevidamente como mero órgão homologador de rescisões contratuais, tem também a função de se evitar “a explosão de ações com pedidos de danos morais individuais decorrentes desse ato ilícito praticado pela empresa”.

Tecendo comentários a respeito da conceituação do dano moral, o ministro citou a Constituição de 88 e os artigos 186 e 927 do Código Civil, que tratam da questão, e explicou que “o dano moral pode atingir a pessoa, na sua esfera individual, mas também um grupo determinável ou até uma quantidade indeterminada de pessoas que sofrem os efeitos do dano derivado de uma mesma origem”.

Unanimemente a Sétima Turma aprovou a sua decisão de dar seguimento ao recurso de revista do Ministério Público, que havia sido trancado pelo Tribunal Regional da 8ª Região (PA/AP), e condenar a empresa por dano moral coletivo, considerando que o ato ilícito por ela praticado não atentou apenas contra o empregado do presente caso, mas contra toda a coletividade de trabalhadores. **A Turma entendeu violado o artigo 5º, V e X, da Constituição.** (RR-54340-93.2004.5.08.0004 – fase atual: RR)

**RR 54340-93.2004.5.08.0004 Data de Julgamento: 03/02/2010, Relator Ministro: Guilherme Augusto Caputo Bastos, 7ª Turma, Data de Divulgação: DEJT 19/02/2010.**

**AGRAVO DE INSTRUMENTO. DANO MORAL COLETIVO. PROVIMENTO.** 1. Há de ser processado o recurso de revista quando cuida a parte de demonstrar a afronta direta pelo v. acórdão regional ao artigo 5º, V e X, da Constituição Federal. 2. Agravo de instrumento a que se dá provimento. **RECURSO DE REVISTA. DANO MORAL COLETIVO. PROVIMENTO.** 1. O dano moral, por ter previsão constitucional (artigo 5º, V e X) e por ser uma das facetas da proteção à dignidade da pessoa humana (artigo 1º, III, da CF), possui caráter publicista e interessa a toda sociedade. Logo, se o dano moral pode atingir a própria coletividade, é justo e razoável que o direito admita a reparação decorrente da lesão de interesses coletivos. **2. Na hipótese dos autos, é incontroverso que constituía praxe da Empresa-demandada, ao dispensar seus empregados, orientá-los no sentido de pleitearem seus direitos trabalhistas junto a esta Justiça Especializada. Vale dizer: ao invés de proceder à regular quitação das verbas rescisórias no prazo fixado no artigo 477 da CLT, estimulava os empregados a ajuizarem reclamação trabalhista, transformando a Justiça do Trabalho em um órgão meramente homologador dos acordos realizados em juízo para efeito de quitação do contrato de trabalho.** Aliás, a prova testemunhal produzida nos autos comprova que tal orientação decorria da própria chefe do

departamento pessoal da reclamada. 3. Reforça, ainda, a ocorrência de dano moral coletivo a circunstância de a reclamada já ter sido anteriormente punida por essa mesma conduta e o Ministério Público do Trabalho ter, inclusive, ajuizado inúmeras ações rescisórias contra a ora agravada, postulando a nulidade dos acordos entabulados perante a Justiça do Trabalho, por ofensivos ao artigo 166, VI, do Código Civil. 4. Com o reconhecimento do dano moral coletivo visa-se coibir que a agravada, mediante essa prática condenável do ponto de vista ético, jurídico e legal, continue a utilizar a Justiça do Trabalho como mero órgão homologador de rescisões contratuais. Objetiva-se, também, e principalmente, evitar a explosão de ações com pedidos de danos morais individuais decorrentes desse ato ilícito praticado pela agravada. **5. Recurso de revista de que se conhece, por afronta ao artigo 5º, V e X, da Constituição Federal, e a que se dá provimento para restabelecer a r. sentença, no particular.**

**23/08/2011**

**Conduta antijurídica de empresa leva ao pagamento de indenização por dano moral coletivo**

Cinquenta mil reais. Foi esse o valor estipulado pela **Primeira Turma** do Tribunal Superior (TST) ao condenar a Alumtek Laminação de Alumínio Ltda. por conduta antijurídica (contrária ao Direito). Para a Turma, a empresa utilizou o Poder Judiciário como mecanismo para fraudar direitos trabalhistas.

O artifício chama-se “lide simulada”, ou seja, não há conflito, as partes usam a justiça do trabalho para poder dar aparência de legalidade para uma situação que não é legal, sem que haja mais discussões a respeito. As empresas, em vez de rescindir o contrato, pagar o aviso prévio etc., cumprindo assim os requisitos do Art. 477 da CLT (que trata de rescisão contratual), deixam que os trabalhadores, dispensados sem justa causa, reclamem seus direitos na justiça. Assim, em lide simulada, o trabalhador acaba por aceitar um acordo rescisório em valor menor do que receberia em uma lide normal, e a empresa acaba beneficiada.

O Ministério Público do Trabalho da 24ª Região (MS) entrou com Recurso Ordinário no Tribunal Regional do Trabalho visando condenar a empresa a não mais usar a justiça como órgão homologador de acordos, após comprovar que de fevereiro a agosto de 2005 a empresa coagiu moralmente cinco dos seus ex-empregados ao dispensá-los sem justa causa, incentivando-os a intentarem ação trabalhista para recebimento das parcelas rescisórias. O órgão também requereu a condenação da empresa ao pagamento de indenização por dano moral coletivo.

O Tribunal sul-mato-grossense deu provimento ao recurso quanto à obrigação de a Alumtek não mais utilizar a Justiça do Trabalho como órgão homologatório de rescisão contratual, mediante lide simulada, sob pena de multa. Mas entendeu que não houve dano moral coletivo, porque é direito individual, já que foram somente oito trabalhadores, que “poderiam buscar os meios legais

disponíveis para satisfação individualmente”, não representando, portanto, interesse coletivo.

O MPT recorreu ao Tribunal Superior do Trabalho (TST) buscando a reforma da decisão quanto ao dano moral coletivo. O ministro Valmir Oliveira da Costa, relator do processo no TST, divergiu do entendimento regional ao dizer que o fato de serem direitos individuais não impede a caracterização do dano moral coletivo, e a ilicitude dá ensejo à indenização por dano moral coletivo, pois, apesar de ser direito individual, atinge o patrimônio moral da coletividade.

**Em seu voto, Valmir Oliveira da Costa ressaltou que a simulação de lides perante a Justiça do Trabalho, com objetivo exclusivo de quitar verbas rescisórias, afronta as disposições do art. 477 da CLT. Mais: que a conduta, além de lesar a dignidade do trabalhador individualmente, atenta, em última análise, contra a dignidade da própria justiça, mancha a credibilidade do Poder Judiciário e atinge toda a sociedade.** O valor da indenização será revertido ao Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT. RR - 12400-59.2006.5.24.0061

**RR 90700-47.2000.5.03.0023 – Publicação: DEJT 21.09.2012**

Relator: Min. Augusto César Leite de Carvalho

Recorrente: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Recorrida: TRANSPORTES COLETIVOS LIBER LTDA. - TCL

**DECISÃO:** , por unanimidade conhecer do recurso de revista, por divergência jurisprudencial, e, no mérito, dar-lhe provimento para, reformando o acórdão regional, **restabelecer a sentença de primeiro grau.**

**RECURSO DE REVISTA. DANO MORAL COLETIVO. UTILIZAÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO COMO ÓRGÃO HOMOLOGADOR DE RESCISÃO CONTRATUAL EM DETRIMENTO DO ART. 477, § 1º, DA CLT.** A prática reiterada consistente na simulação de lides perante a Justiça do Trabalho, com o objetivo de utilizá-la como órgão meramente homologador da rescisão contratual, em detrimento às disposições do art. 477, § 1º, da CLT, além de causar prejuízo aos trabalhadores individualmente identificáveis, precariza os direitos assegurados pela ordem jurídica, configurando ofensa ao patrimônio moral coletivo, passível de reparação, com fulcro nos arts. 5º, X, da CF/88 e 81 da Lei 8.078/90. Recurso de revista conhecido e provido.

**RR 81541-37.2006.5.03.0131 – Publicação: DEJT 26.10.2012**

Relator: Min. José Roberto Freire Pimenta

Recorrente: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Recorrido: TRANSIMÃO TRANSPORTADORA SIMÃO LTDA.

**DECISÃO:** , à unanimidade, conhecer do recurso de revista por divergência jurisprudencial e, no mérito, dar-lhe provimento para restabelecer a sentença quanto ao dano moral coletivo.

**INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL COLETIVO. CONFIGURAÇÃO.** O entendimento jurisprudencial desta Corte é no sentido de que a prática de lides simuladas e o desvirtuamento da Comissão de Conciliação Prévia, utilizada como órgão assistencial e homologador das rescisões contratuais, como constatado na hipótese dos autos, além de causar prejuízos individuais aos trabalhadores, configura ofensa ao patrimônio moral coletivo, sendo passível de reparação, nos termos dos artigos 5º, inciso X, da Constituição Federal e 81 da Lei 8.078/90. Recurso de revista **conhecido e provido**.

**AIRR 3019600-54.2009.5.09.0651 – Publicação: DEJT 30.11.2012**

Relator: Min. Guilherme Augusto Caputo Bastos

Agravante: EMPRESA TEJOFRAN DE SANEAMENTO E SERVIÇOS LTDA.

Agravado: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

**AGRAVO DE INSTRUMENTO. DANO MORAL COLETIVO. LIDES SIMULADAS. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. NÃO PROVIMENTO.** O egrégio Tribunal Regional, soberano no exame do conjunto fático-probatório produzido nos autos, concluiu que os acordos relativos à rescisão dos contratos de trabalho dos empregados da ré foram realizados em lides simuladas, mediante coação da empresa, o que configurou dano moral coletivo. Restaram consignados, de forma detalhada, os motivos em que a decisão regional se baseou para entender pela invalidade dos acordos firmados. Com isso, atendeu o egrégio Tribunal Regional ao comando do artigo 93, IX, da Constituição Federal, entregando a prestação jurisdicional que entendeu pertinente, bem como se manifestando sobre todos os aspectos que inferiu relevantes para o deslinde da causa, apreciando livremente a prova, os fatos e as circunstâncias constantes dos autos, e dando à lide desfecho de acordo com seu livre convencimento, de forma motivada, em consonância com o que lhe impõe o artigo 131 do CPC. Agravo de instrumento a que se nega provimento.

**RR 200-20.2006.5.08.0011 – Publicação: DEJT 1º.03.2013**

Relatora: Ministra Maria de Assis Calsing

Recorrente: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Recorrida: EMPRESA DE TRANSPORTES TRANSBEL RIO LTDA.

**DECISÃO:** , unanimemente, conhecer do Recurso de Revista do Ministério Público do Trabalho por violação do art. 5.º, incisos X e XXXV, da CF, e, no mérito, dar-lhe provimento para julgar totalmente procedente a pretensão do Ministério Público do Trabalho, da forma como postulada

**na inicial.** Arbitra-se à condenação, para fins de recolhimento de custas, o valor de R\$100.000,00 (cem mil reais).

**RECURSO DE REVISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA COM PEDIDO DE TUTELA INIBITÓRIA CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS COLETIVOS. CONDUTA REITERADA DA RECLAMADA DE SE UTILIZAR DO PODER JUDICIÁRIO COMO ÓRGÃO MERAMENTE HOMOLOGADOR DAS RESCISÕES CONTRATUAIS. DESCUMPRIMENTO DO ART. 477 DA CLT.** O Ministério Público do Trabalho pode propor Ação Civil Pública com pedido de tutela inibitória cumulada com indenização por danos morais coletivos, quando evidenciada a prática reiterada da Reclamada de se utilizar do Poder Judiciário como órgão homologador de rescisões contratuais, sem observar o disposto no art. 477 da CLT, afrontando direitos de uma série de trabalhadores, bem como da própria sociedade que se vê enfraquecida quando o Judiciário é utilizado para a prática de atos simulados e distorcidos. Note-se que um dos pedidos do órgão ministerial, no que se refere à Reclamada, de promover as rescisões contratuais segundo as disposições do art. 477 da CLT, deixando de utilizar do Poder Judiciário como órgão homologador de rescisões, não implica obstar o acesso da Reclamada ao Poder Judiciário mas, sim, implica respeitar os direitos constitucionalmente garantidos, notadamente o do Ministério Público de atuar em defesa da ordem jurídica (art. 127, *caput*, da CF), bem como o dever do Poder Judiciário apreciar qualquer lesão ou ameaça à direito. **Recurso de Revista conhecido e provido.**